Brazcem Participações S.A.

CNPJ nº 25.384.833/0001-24 - Avenida Bernardino de Campos, 98, 7º andar, sala 34, Paraíso, CEP 04004-040, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil

Demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanço patrimonial	2022	2021
Ativo/Circulante	72.480	250.338
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	65.701	234.987
Adiantamento a fornecedores	6.690	15.351
Outros Créditos	89	–
Não circulante	498.272.879	494.549.862
Investimento (Nota 5)	498.151.879	494.428.862
Intangível	121.000	121.000
Total do Ativo	**498.345.360**	**494.800.200**

Balanço patrimonial	2022	2021
Passivo e patrimônio líquido/Circulante	1.870	1.530
Fornecedores	–	963
Obrigações fiscais	1.870	567
Patrimônio líquido (Nota 7)	498.343.490	494.798.670
Capital social	528.592.203	528.592.203
Prejuízos acumulados	(30.248.713)	(33.793.533)
Total do passivo e patrimônio líquido	**498.345.360**	**494.800.200**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º/01/2021	**528.192.203**	**(50.694.883)**	**477.497.320**
Aumento de capital social (Nota 7)	400.000	–	400.000
Lucro líquido do exercício	–	16.901.350	16.901.350
Em 31/12/2021	**528.592.203**	**(33.793.533)**	**494.798.670**
Lucro líquido do exercício	–	3.544.820	3.544.820
Em 31/12/2022	**528.592.203**	**(30.248.713)**	**498.343.490**

Demonstração do resultado

	2022	2021
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas, líquidas (Nota 8)	(177.922)	(183.661)
Equivalência patrimonial (Nota 5)	3.723.017	17.086.662
Lucro operacional	3.545.095	16.903.001
Resultado financeiro		
Despesas financeiras (Nota 9)	(275)	(1.651)
	(275)	(1.651)
Lucro líquido do exercício	**3.544.820**	**16.901.350**
Lucro líquido do exercício por lote de ações	**0,0220**	**0,1049**

Demonstração do resultado abrangente

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	3.544.820	16.901.350
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente total	**3.544.820**	**16.901.350**

Demonstração dos fluxos de caixa

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	3.544.820	16.901.350
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício		
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 5)	(3.723.017)	(17.086.662)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:		
Ajuste de serviços contratados e pagos antecipadamente	8.661	
Variações de ativos e passivos		
(Aumento) redução de impostos e contribuições a recuperar	(90)	
Adiantamento a fornecedores	–	(8.661)
Fornecedores	(963)	–
Obrigações fiscais	1.303	64
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(169.286)**	**(193.909)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de intangível	–	(61.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	–	(61.000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital (Nota 7)	–	400.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**–**	**400.000**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**(169.286)**	**145.091**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 4)	234.987	89.896
Caixa e equivalentes de caixa no final do período (Nota 4)	65.701	234.987
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**(169.286)**	**145.091**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º/01/2021	**528.192.203**	**(50.694.883)**	**477.497.320**
Aumento de capital social (Nota 7)	400.000	–	400.000
Lucro líquido do exercício	–	16.901.350	16.901.350
Em 31/12/2021	**528.592.203**	**(33.793.533)**	**494.798.670**
Lucro líquido do exercício	–	3.544.820	3.544.820
Em 31/12/2022	**528.592.203**	**(30.248.713)**	**498.343.490**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1 Informações gerais: A Brazcem Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objetivo atuar como Holdings de Instituições não Financeiras, com sede na cidade de São Paulo SP. Fundada em 31 de agosto de 2016, a Companhia é uma holding de participações sediada no Brasil, que possui 99% de suas ações detidas pela Iapetos Limited, uma subsidiaria integral da Titan Cement Company S.A. e 1% das ações detida pela Feronia Holdings Limited. O controlador final Titan Cement International S.A. é um sólido Grupo multinacional listado na Euronext bolsa de valores de Bruxelas, assim como na bolsa de valores de Athenas, com operações na Europa, Estados Unidos, Oriente médio e que em setembro de 2016 iniciou suas operações na América do Sul. Atualmente, a Companhia possui participação na controlada em conjunto na Companhia Industrial de. **1.1 Controlada em Conjunto Companhia Industrial de Cimento Apodi:** A Companhia Industrial de Cimento Apodi, é constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede em Fortaleza, Ceará. A Sociedade atua principalmente na produção e comercialização de cimento, importação e exportação de bens de capital e matéria-prima e prestação de serviços relacionados com transporte, mistura e aplicação de materiais de construção. A controlada em conjunto iniciou suas operações integralmente em 2015 e desde então, vem alcançando os resultados esperados pela Administração, considerados bastante satisfatórios, apesar de ter prejuízos acumulados, vem apresentando lucro nos últimos anos. Por conta da apreensão acerca das consequências da pandemia, a controlada em conjunto prezou por proteger suas operações aumentando a liquidez de seu caixa, mas sem perder de vista o plano de alongamento do perfil de sua dívida. Em 2022, a controlada em conjunto apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R$ 134.214.059 nas demonstrações financeiras individuais e R$ 146.951.666 no consolidado (2021 R$ 7.117.591 e R$ 15.822.065, controladora e consolidado, respectivamente). A diretoria da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 20 de abril de 2023, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras, quando requeridos. **2 Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas estão em Reais, exceto quando indicado em outra forma. **2.3 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do ágio na aquisição de investimentos controlados em conjunto, que são mensurados pelo valor justo. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Incerteza sobre premissas, estimativas e julgamentos críticos:** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas nas seguintes notas explicativas: **Nota 3.2 -** teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade do ágio e do investimento. **Nota 3.2 -** mensuração do valor justo: principais premissas sobre a mensuração do valor justo do ágio na aquisição de controladas em conjunto. **3 Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. **3.2 Investimento:** A Companhia possui participação na Companhia Industrial de Cimento Apodi, o que lhe confere 50% do direito a voto em seu acordo conjunto. A Companhia detém o controle conjunto pois, conforme os acordos contratuais, é requerido consenso unânime entre todas as partes do acordo para todas as atividades relevantes. Por essa razão, esse acordo é classificado como *joint venture*. Esse investimento em controlada em conjunto é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita ou despesa operacional. **Ágio (*goodwill*):** O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou à pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da participação adquirida. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. **Análise de recuperabilidade do ágio (*impairment*):** A Companhia avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável. O investimento, inclusive o ágio apurado na aquisição da controlada em conjunto, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este é o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando há perda, ela é reconhecida pelo do montante em que o valor contábil ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia efetuou uma revisão do estudo sobre a recuperabilidade do valor contábil dos valores de investimentos em controlada em conjunto e não identificou a necessidade de reconhecimento contábil de provisão para perda do valor recuperável do ativo. **3.3 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **3.4 Despesas Gerais e Administrativas:** São contabilizadas pelo regime de competência e referem-se a gastos gerais e administrativos para custear a operação da Companhia. **3.5 Despesas financeiras:** As despesas financeiras são compostas por despesas com juros, descontos concedidos, multas, variação cambial e despesas bancárias. São reconhecidas nos resultados de acordo com o princípio contábil da competência entre os exercícios. **3.6 Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social são reconhecidos pelo regime de competência. Para a apuração do lucro tributável, adiciona-se ao lucro contábil as despesas não dedutíveis e exclui-se as receitas não tributáveis. O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía apenas diferenças permanentes, não havendo base para reconhecimento de impostos diferidos. **3.7 Normas novas que ainda não estão em vigor:** Não há normas CPCs ou interpretações ICPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4 Caixa e equivalente de caixa:

	2022	2021
Banco conta movimento	65.701	234.987
Total	65.701	234.987

5. Investimentos:

	2022	2021
Investimento	206.315.267	202.592.250
Ágio (i)	291.836.612	291.836.612
	498.151.879	494.428.862

(i) Em setembro de 2016, a Companhia adquiriu 50% das ações da Companhia Industrial de Cimento Apodi, pelo valor de R$ 369.811.612. O valor justo da participação adquirida em 2016 era de R$ 77.975.000, tendo sido apurado um ágio na transação de R$ 291.836.612. O ágio é fundamento pela expectativa de rentabilidade futura, sendo classificado como um ativo de vida útil indefinida, submetido anualmente à análise de recuperabilidade. ***(a) Movimentação dos investimentos:*** A Companhia possui investimento em controlada em conjunto, cujas movimentações estão descritas a seguir:

	2022	2021
Saldo inicial 1º de janeiro	494.428.862	477.342.200
Equivalência patrimonial	3.723.017	17.086.662
Saldo final	498.151.879	494.428.862

(b) Informações da controlada em conjunto: O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras da controlada em conjunto (Expresso em milhares de reais):

Exercício	Ativo	Passivo	Lucro do exercício	Patrimônio líquido
Em 31/12/ 2022	1.175.145	762.513	7.447	412.631
Em 31/12/ 2021	1.078.703	673.519	34.173	405.185

(c) Avaliação de redução ao valor recuperável de ativos (Impairment): Durante o exercício findo em 2022, a Companhia analisou a possibilidade de existência de indicadores de que determinados ativos destas poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, não observando a confirmação de tais indicadores. O investimento e o ágio registrados, após análise de fontes externas e internas de informações, não apresenta qualquer indício de perda, desvalorização, ou dano fixo, que pudesse comprometer o fluxo de caixa futuro da controlada em conjunto. **6 Riscos contingenciais:** Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrências e de exigibilidade, como prováveis, possíveis ou remotas, levando em consideração, conforme o caso, as análises dos nossos assessores jurídicos que patrocinam as causas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui, qualquer ação judicial em que esteja configurada como parte reclamada. A controlada em conjunto é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Em 2022, a controlada em conjunto possui o valor de R$ 352 (R$ 843, em 2021) provisionado de processos passivos classificados com risco de perda provável, referentes a causas de natureza trabalhista. Os processos avaliados pelos assessores jurídicos da controlada em conjunto como sendo de risco possível são de R$ 26.658 (R$ 23.592, em 2021), não provisionados, referentes a causas de naturezas trabalhista, cíveis e tributárias. **7 Patrimônio líquido: (a) Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito da Companhia era de R$ 528.592.203 (2021 - R$ 528.592.203). Esse capital era composto por 161.111.191 (2021 - 161.111.191) de ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas, sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2022		31/12/2021	
Acionistas	Ações	%	Ações	%
Iapetos Limited	161.111.190	99,99	161.111.190	99,99
Feronia Holdings Limited (*)	1	0,01	1	0,01

(*) Em 29 de Fevereiro de 2019, a Iapetos Limited vendeu 0,01% das ações da Companhia à Feronia Holdings Limited, transferindo 1 (uma) ação ordinária nominativa e sem valor nominal à compradora. **(b) Aumento e redução de Capital:** A Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, aumentar o número de ações ordinárias e/ou criar preferenciais de uma classe ou mais, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais ações, observadas as normas do Estatuto. A Assembleia Geral Extraordinária de 8 de junho de 2021, aprovou o aumento de capital no montante de R$ 400.000 totalmente integralizados durante o exercício. **(c) Destinação dos lucros:** Conforme estatuto social, os lucros apurados correspondentes a cada exercício social serão destinados da seguinte forma: 5% (cinco por cento) do lucro líquido serão destinados para constituição da reserva legal que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social; 25% (cinco por cento) serão distribuídos aos acionistas na forma de dividendos mínimos obrigatórios; o saldo remanescente, se houver, poderá ser destinado à formação de reserva para equalização de dividendos que será limitada a 50% (cinquenta por cento) do capital social ou ser retido visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da Companhia. O lucro líquido do exercício de 2022 foi utilizado para compensar o prejuízo acumulado de exercícios anteriores.

8 Despesas gerais e administrativas, líquidas:

	2022	2021
Serviços de terceiros	177.922	183.661
Total	177.922	183.661

9 Despesa financeira:

	2022	2021
Impostos sobre operações financeiras - IOF (i)	–	1.520
Despesas bancárias	61	80
Multas	214	51
Total	275	1.651

(i) Em junho de 2021, a Companhia efetuou operações de Câmbio referente ao aumento de Capital. Dessa forma, houve a incidência de IOF sobre as operações em questão.

10 Prejuízo fiscal - IR e CS:

	2022	2021
Lucro líquido antes do IR e CS	3.544.820	16.901.350
(–) Exclusões/(+) Adições permanentes - Equivalência patrimonial	(3.723.017)	(17.086.662)
(=) Prejuízo fiscal	**(178.197)**	**(185.312)**

11 Evento subsequente: Em março de 2023 foram renovados os mandatos da Diretoria e houve a nomeação de um novo Diretor-Presidente, por meio da 71ª Reunião de Conselho de Administração da Companhia realizada em 23 de fevereiro de 2023 com efeitos a partir de 01 de março de 2023. Os mandatos da Diretoria terão uma vigência de 03 anos. **Decisão Relativização Coisa Julgada:** No dia 08.02.2023, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva transitada em julgado, sobre a constitucionalidade de tributos recolhidos de forma continuada (relação tributária de trato sucessivo), perde seus efeitos automaticamente caso o STF se pronuncie, posteriormente, em sentido contrário. Isso significa, na prática, que decisões proferidas em ação direta (ADI ou ADC) ou em sede de recurso extraordinário com repercussão geral interrompem os efeitos das decisões anteriores, no contexto de relações tributárias de trato sucessivo, mesmo que já transitadas em julgado. A decisão do STF determinou que, nos casos em que uma coisa julgada seja desconstituída e o respectivo tributo seja considerado devido, devem ser respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo (Decisão Relativização Coisa Julgada). A Companhia avaliou a referida decisão do STF e não identificou impacto no resultado, também sem necessidade de divulgação, pois avalia como remoto o reflexo sobre os referidos processos.

A Diretoria

Contador

Rodrigo Martins - CRC 1SP 278.846/O-4
Locatelli Consulting Solutions Ltda (HLB Brasil)
CRC 2SP 026.948/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Brazcem Participações S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Brazcem Participações S.A. (a "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brazcem Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 03 de maio de 2023

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5
Patricia Seoane Azevedo Biondi Contadora - CRC 1BA040103/O-0

Blum Companhia de Securitização de Créditos S.A.

CNPJ nº 20.451.953/0001-83 - NIRE 35.300.481.631

Edital de Convocação da Décima Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 6ª Série da 1ª Emissão da Blum Companhia de Securitização de Créditos S.A.

Ficam convocados os senhores Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 6ª Série da 1ª Emissão da Blum Companhia de Securitização de Créditos S.A. ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Cláusula Décima Sexta do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 6ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Blum Companhia de Securitização de Créditos S.A. ("Termo de Securitização"), a reunirem-se, **em primeira convocação,** para a Décima Assembleia Geral de Titulares dos CRI, a ser realizada no dia **01 de junho de 2023, às 14:00h,** de forma **exclusivamente remota e eletrônica, inclusive para fins de voto** ("Assembleia"), por meio da plataforma Microsoft Teams (conforme instruções abaixo), nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"). A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por videoconferência, cujo endereço eletrônico de acesso será disponibilizado oportunamente pela Securitizadora, sendo certo que somente poderão participar aqueles que encaminharem previamente seus respectivos documentos comprobatórios de representação, para os endereços eletrônicos adiante mencionados e com base nas instruções abaixo, sendo vedada a manifestação através da Instrução de Voto a distância. Serão deliberados os itens a seguir: (i) a não decretação da Resolução da Cessão e, consequentemente, a não declaração do vencimento antecipado dos CRI, conforme cláusulas 1.8 "iv" e 6.1 "iv" do Termo de Securitização, tendo em vista o descumprimento do prazo de até 31 de março de 2023, prorrogado até 30 de abril de 2023 conforme notificação encaminhada pela Securitizadora à Transportes Pesados Minas S.A. ("Devedora") em 21 de março de 2023 ("Notificação"), para apresentação das Demonstrações Financeiras da Devedora, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 ("DFs 2022"), com posterior apuração dos *covenants* financeiros, pela Securitizadora; (ii) na hipótese de aprovação da não decretação da Resolução da Cessão, e, consequentemente, o não vencimento antecipado dos CRI, nos termos do item acima, aprovação para a prorrogação do prazo para envio das DFs 2022, até 30 de junho de 2023 (inclusive), e apuração dos *covenants* financeiros, pela Securitizadora, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento das Demonstrações Financeiras da Devedora; (iii) ratificação dos pagamentos de juros e amortização devidos em 27 de abril de 2023, pagos até o dia 05 de maio de 2023, por fora da B3, via TED direto na conta dos investidores, devido ao bloqueio judicial na conta do banco liquidante; e (iv) a autorização para que a Securitizadora, em conjunto com o Agente Fiduciário, formalize todos os aditamentos que se fizerem necessários para refletir as deliberações dessa Décima Assembleia. Os Titulares dos CRI deverão encaminhar à Securitizadora e à **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários,** inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário dos CRI ("Agente Fiduciário"), cópia digital dos documentos comprobatórios de sua representação, para os e-mails blumsec@blum-sec.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, preferencialmente, em no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, sendo aceito até o horário de início da Assembleia, conforme determina a Resolução CVM 60. Para os fins acima, serão aceitos como documentos de representação: a) **participante pessoa física -** cópia digitalizada de documento de identidade do titular dos CRI; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou assinatura eletrônica, e (ii) acompanhada de cópia digitalizada do documento de identidade do titular do CRI; e b) **demais participantes -** cópia digitalizada do estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular dos CRI, e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou assinatura eletrônica, e (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração. São Paulo - SP, 11 de maio de 2023. **Blum Companhia de Securitização de Créditos.**

Blum Companhia de Securitização de Créditos S.A.

CNPJ nº 20.451.953/0001-83 - NIRE: 35.300.481.631

Edital de Convocação da Nona Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 1ª Emissão da Blum Companhia de Securitização de Créditos S.A.

Ficam convocados os senhores investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 1ª Emissão da Blum Companhia de Securitização de Créditos S.A. ("CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Cláusula Décima Sexta do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Blum Companhia de Securitização de Créditos S.A. ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em primeira convocação, para a Nona Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Nona Assembleia"), a se realizar no dia 02 de junho de 2023, às 14h, de forma **exclusivamente remota e eletrônica, inclusive para fins de voto** ("Assembleia"), por meio da plataforma Microsoft Teams (conforme instruções abaixo), nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"). A Nona Assembleia será realizada de forma virtual, por videoconferência, cujo endereço eletrônico de acesso será disponibilizado oportunamente pela Securitizadora, sendo certo que somente poderão participar aqueles que encaminharem previamente seus respectivos documentos comprobatórios de representação, para os endereços eletrônicos adiante mencionados e com base nas instruções abaixo, sendo vedada a manifestação através da Instrução de Voto à distância, com a finalidade de deliberar sobre as matérias a seguir: **(i)** a proposta enviada pelo CEDRO PROPERTIES - FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - FII ("Cedente"), por meio da notificação datada de 02/05/2023 ("Notificação do Cedente"), acerca do pagamento integral antecipado do Saldo Devedor dos CRI, além do pagamento de um prêmio aos Titulares dos CRI de 2% (dois por cento) sobre o Saldo Devedor dos CRI calculado no dia da Assembleia. Caso a referida proposta seja aprovada, o pagamento antecipado será realizado mediante a utilização dos valores do Fundo de Liquidez e aporte financeiro a ser realizado pelo Cedente após a realização da Assembleia, ocorrendo, por consequência o resgate antecipado total dos CRI e o encerramento da Operação; e **(ii)** caso seja aprovado o item (i) acima, a autorização: (a) para o encerramento do Patrimônio Separado pela Securitizadora, em função do resgate antecipado total dos CRI, com a assinatura de termo de resilição dos Documentos da Operação e/ou de quaisquer outros documentos que se façam necessários; e (b) que a Securitizadora e o Agente Fiduciário realizem todos os atos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. Os Titulares dos CRI deverão encaminhar à Securitizadora e à **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário dos CRI ("Agente Fiduciário"), cópia digital dos documentos comprobatórios de sua representação, para os e-mails blumsec@blum-sec.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, preferencialmente, em no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, sendo aceito até o horário de início da Assembleia, conforme determina a Resolução CVM 60. Para os fins acima, serão aceitos como documentos de representação: a) **participante pessoa física -** cópia digitalizada de documento de identidade do titular dos CRI; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou assinatura eletrônica, e (ii) acompanhada de cópia digitalizada do documento de identidade do titular do CRI; e b) **demais participantes -** cópia digitalizada do estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular dos CRI, e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou assinatura eletrônica, e (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração. São Paulo/SP, 11 de maio de 2023. **Blum Companhia de Securitização de Créditos S.A..** Walter Martins Ferreira III - *Diretor de Relações com Investidores.*

Cindumel Cia. Industrial de Metais e Laminados

CNPJ nº 61.183.448/0001-82 - NIRE 35 3 00051181

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **Cindumel Cia. Industrial de Metais e Laminados** para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, em primeira convocação, no dia **13 de junho de 2023,** às 10:00 (dez horas), com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (